

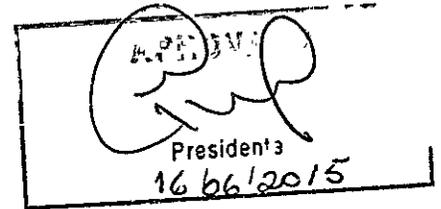
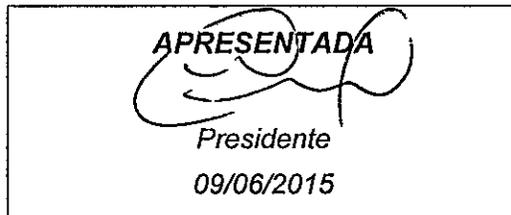


Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

MOÇÃO Nº 207

APOIO às entidades e sindicatos do magistério paulista pelas reivindicações apresentadas ao governo do Estado de São Paulo.



Entidades do magistério paulista, como a Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp), o Sindicato de Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo (Apase), o Centro do Professorado Paulista (CPP) e o Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo), lutam continuamente por melhores condições salariais e de trabalho.

O governo de São Paulo, entretanto, tem demonstrado notável descaso com a educação. Sem estruturar uma política de valorização dos profissionais, não concretiza condições materiais humanas de trabalho para um plano de carreira atrativo que garanta ingresso e permanência de trabalhadoras e trabalhadores do magistério. Tampouco se preocupa com uma remuneração que lhes proporcione uma vida digna, ou uma aposentadoria compatível com o trabalho prestado por tais profissionais à sociedade.

Mesmo diante da evolução da receita tributária líquida do ICMS do Estado de São Paulo, constata-se a estagnação da folha salarial do quadro do magistério para mesmo período. Em que pesem as propostas de reajustes na última gestão, as perdas salariais continuam se agravando, e profissionais do magistério estão reivindicando, constantemente, melhores condições de trabalho e melhores salários, condizentes com a árdua missão de ensinar.

Em 2015, por exemplo, as entidades e sindicatos do magistério paulista demandam equiparação do piso salarial de professores(as), diretores(as) e supervisores(as) da rede pública estadual aos vencimentos da rede pública municipal /Elt



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

Moção n.º 207 -- fls. 02

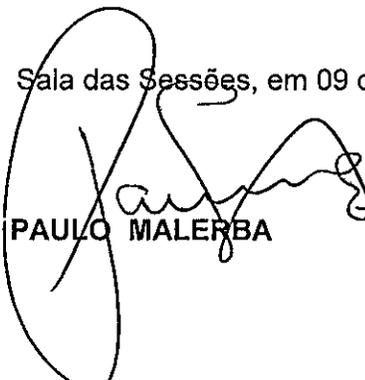
da cidade de São Paulo; manutenção de política salarial para os quatro anos de mandato, contemplando tanto a recomposição das perdas salariais quanto a devida reposição inflacionária anual, de forma extensiva aos aposentados; correção das distorções de enquadramento da LC 836/1997; reenquadramento compatível com a situação funcional na carreira quando do ato de publicação da LC 1.097/09; e reenquadramento proporcional pela Evolução Funcional Acadêmica (Mestrado e Doutorado), considerando os atuais oito níveis.

Diante dos motivos acima expostos,

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta MOÇÃO DE APOIO às entidades e sindicatos do magistério paulista pelas reivindicações apresentadas ao governo do Estado de São Paulo, dando-se ciência desta deliberação:

- a) ao Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin;
- b) ao Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Sr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald;
- c) à Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp);
- d) ao Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo (APASE);
- e) ao Centro do Professorado Paulista (CPP);
- f) ao Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo).

Sala das Sessões, em 09 de junho de 2015.



PAULO MALERBA